

Procon reclama de reajuste escolar

JORNAL DO BRASIL
JULIENSE

99 JUL 1988

77 JUL 1988

A diretora-executiva do Procon-DF, Elisa Martins, considerou "abominável" a decisão do Conselho Federal de Educação de reajustar as mensalidades das escolas particulares. Afirmou que o Procon continuará orientando a população a depositar em juízo o valor das mensalidades nos percentuais estabelecidos pela liminar do juiz Carlos Augusto Figueirêdo Salazar.

"É um crime contra a economia popular. Um órgão público, mantido com o dinheiro dos impostos pagos pelo cidadão, não deveria estar legislando no interesse do poder econômico. Enquanto as escolas públicas não puderem atender toda a população, como assegura a Constituição, as escolas particulares não poderão lesar os usuários. Quando for apenas uma opção, aí sim, a escola privada vai cobrar o que quiser" — disse Elisa. Estarrecida com o número de denúncias contra escolas particulares recebidas pelo Procon desde o início do ano, a diretora garante que "é hora de toda a população se mobilizar contra os abusos".

QUEIXAS

De acordo com Elisa Martins, quatro mil e 620 pessoas procuraram o Procon neste primeiro semestre para reclamar de cobranças ilegais feitas por diversas escolas particulares da cidade. O número representa mais de 50 por cento de todo o atendimento do Procon no mesmo período. Só em março o órgão recebeu duas mil e 729 quei-

xas referentes à educação. Foi a época da liberdade vigiada, que acabou em meados de abril. Só nestes primeiros dias de julho, 138 pessoas denunciaram abusos de escolas particulares.

Os estabelecimentos são apontados por pais de alunos como irresponsáveis na cobrança de mensalidades. Entre as escolas que não cumprem a liminar de junho e o decreto de abril estão o Colégio JK, da Asa Norte, a Católica de Brasília, o Centro Educacional N. S. do Rosário, a Sociedade de Educação Saci Pererê, o Colégio Cecap, Lago Norte, o Colégio Dom Bosco e o Colégio Maria Imaculada. Nas últimas denúncias figuram também o Ceub, a Escola Piaget, o Instituto N. S. do Carmo, a Escola N. S. de Fátima, o Compacto do Gama, o Compacto do Guará, a Escola Adventista de Taguatinga e o Leonardo da Vinci.

Segundo Elisa Martins, as denúncias são muitas, mas a orientação ao consumidor seria a mesma se fosse apenas uma reclamação. "Tentaremos recorrer legalmente, mas acredito que está na hora do consumidor se mobilizar no sentido de fazer com que as autoridades federais tomem providências contra medidas como esta. A classe média não se nega a pagar mensalidades, se nega a ser lesada". Indignada com a decisão do CFE, ela lembra que "durante 20 anos o MEC fortaleceu o sistema particular de ensino com recursos da população que paga impostos, a mesma que usa o sistema. O que acontece hoje é fruto disso".